Demonstrações Financeiras

ID TV S.A.

31 de dezembro de 2020
com Relatório do Auditor Independente

ID TV S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2020

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....1

Demonstrações financeiras auditadas

Balanço patrimonial 4
Demonstração do resultado 6
Demonstração do resultado abrangente 7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo.....8
Demonstração do fluxo de caixa 9
Notas explicativas às demonstrações financeiras 10

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e acionistas da
ID TV S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da ID TV S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a demonstração do resultado, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R$ 166.570 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R$ 6.289 mil. Conforme apresentado, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1.3, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Ênfase

Reapresentação dos saldos apresentados para fins comparativos

Conforme mencionado na nota explicativa 2.20, em decorrência de reclassificações entre saldos de contas patrimoniais, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins comparativos, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo – SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de fevereiro de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Carmen Lucia Chulek

Carmen Chulek
Contador CRC-PR-054044/O-7

Uma empresa-membro da Ernst & Young Global Limited

ID TV S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019 (reapresentado)	Em 1º de janeiro de 2019 (reapresentado)
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	**2.001**	20	191
Contas a receber de clientes (Nota 6)	**10.608**	24.928	17.363
Outros ativos	**95**	8	93
	12.704	24.956	17.647
Não circulante			
Contas a receber de clientes (Nota 6)	**33.981**	29.575	41.283
Impostos diferidos - IRPJ/CSLL (Nota 18)	**-**	2.572	4.420
Impostos a restituir (Nota 7)	**4.574**	4.558	4.556
	38.555	36.705	50.259
Intangível (Nota 9)	**233**	98.134	97.414
Direito de uso (Nota 10)	**-**	5.843	-
Imobilizado (Nota 11)	**-**	4.802	5.199
	38.788	145.484	152.872
Total do ativo	**51.492**	170.440	170.519

	2020	2019 (reapresentado)	Em 1º de janeiro de 2019 (reapresentado)
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores de equipamentos	**188**	152	
Fornecedores de licenças (Nota 13)	**5.472**	-	22
Financiamentos (Nota 14)	**2.341**	2.346	56.628
Salários e encargos sociais	**629**	137	140
Provisões para férias	**442**	274	280
Obrigações tributárias	**419**	164	255
Parcelamento de impostos - PERT (Nota 16)	**2.396**	1.817	1.233
Dividendos a pagar (Nota 15)	**2.446**	27.927	19.855
Passivo de arrendamento (Nota 10)	**3.132**	3.206	-
Contas a pagar	**1.528**	1.404	970
	18.993	37.427	79.383
Não circulante			
Financiamentos (Nota 14)	**1.844**	4.184	6.521
Passivo de arrendamento (Nota 10)	**12.475**	13.283	-
Dividendos a pagar (Nota 15)	**-**	9.695	20.149
Partes relacionadas (Nota 12)	**419.892**	371.648	270.839
Parcelamento de impostos PERT (Nota 16)	**13.178**	15.223	16.280
	447.389	414.033	313.789
Total do passivo	**466.382**	451.460	393.171
Patrimônio líquido negativo (Nota 17)			
Capital social subscrito	**46.325**	13.625	13.625
Capital social a integralizar	**(900)**	(900)	(900)
Reserva legal	**200**	200	200
Prejuízos acumulados	**(460.515)**	(293.945)	(235.578)
Total do patrimônio líquido negativo	**(414.890)**	(281.020)	(222.653)
Total do passivo e patrimônio líquido negativo	**51.492**	170.440	170.519

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ID TV S.A.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019 (reapresentado)
Receita líquida de prestação de serviços (Nota 19)	**25.643**	25.693
Custo dos serviços prestados (Nota 21)	**(22.883)**	(23.541)
Lucro bruto	**2.760**	2.152
(Despesas) e receitas operacionais		
Gerais e administrativas (Nota 22)	**(816)**	(1.641)
Comerciais (Nota 23)	**(1.724)**	3.732
Outras receitas/despesas, líquidas (Nota 20)	**(115.872)**	(9.532)
	(118.412)	(7.442)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	**(115.652)**	(5.290)
Resultado financeiro (Nota 24)		
Despesas financeiras	**(48.946)**	(51.416)
Receitas financeiras	**600**	188
	(48.346)	(51.228)
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(163.998)**	(56.518)
Imposto de renda e contribuição social (Nota18)		
Corrente	**-**	-
Diferido	**(2.572)**	(1.849)
Prejuízo do exercício	**(166.570)**	(58.367)
Quantidade de ações do capital social	**68.297.793**	35.507.859
(Prejuízo) por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R$ por ação)	**(2,44)**	(1,64)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ID TV S.A.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	2020	2019
Prejuízo do exercício	**(166.570)**	(58.367)
Outros resultados abrangentes	**-**	-
Total do resultado abrangente	**(166.570)**	(58.367)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ID TV S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido negativo
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social				
	Subscrito	**A integralizar**	**Reserva legal**	**Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido negativo**
Em 31 de dezembro de 2018	13.625	(900)	200	(235.578)	(222.653)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(58.367)	(58.367)
Em 31 de dezembro de 2019	13.625	(900)	200	(293.945)	(281.020)
Aumento de capital	**32.700**	**-**	**-**	**-**	**32.700**
Prejuízo do exercício	**-**	**-**	**-**	**(166.570)**	**(166.570)**
Em 31 de dezembro de 2020	**46.325**	**(900)**	**200**	**(460.515)**	**(414.890)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ID TV S.A.

Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo antes dos tributos	**(163.998)**	(56.518)
Ajustes		
Depreciação e amortização	**4.961**	3.950
Juros sobre partes relacionadas	**47.493**	46.009
Juros de financiamentos	**473**	3.575
Perdas com redução ao valor recuperável de ativos	**116.086**	9.763
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	**-**	(5.190)
Provisões para férias	**168**	(6)
Descontos obtidos em contratos de arrendamento	**(374)**	-
Juros AVP de arrendamentos (CPC06)	**456**	144
Atualização monetária sobre parcelamento de impostos	**379**	890
	5.644	2.617
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	**9.914**	9.333
Outros ativos	**(87)**	89
Impostos a compensar	**(16)**	(1)
Direitos de exibição e transmissão	**(8.611)**	-
Fornecedor de equipamentos	**36**	130
Salários e encargos sociais	**492**	(2)
Obrigações tributarias	**255**	(91)
Dividendos pagos	**(2.476)**	(2.382)
Fornecedores de licenças	**5.472**	-
Contas a pagar	**126**	434
Caixa proveniente das operações	**10.749**	10.127
Juros pagos sobre financiamentos	**(473)**	(11.352)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**10.276**	(1.225)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	**(1.211)**	(489)
Aquisição de intangível	**(241)**	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(1.452)**	(489)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Empréstimos de partes relacionadas. líquido de amortizações	**751**	54.800
Amortização de financiamento	**(2.345)**	(48.842)
Pagamentos de arrendamento	**(3.404)**	(3.045)
Pagamento de parcelamentos de impostos	**(1.845)**	(1.364)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	**(6.843)**	1.549
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**1.981**	(171)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**20**	191
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**2.001**	20

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações gerais

1.1. Atividades operacionais

A ID TV S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo - SP. que tem por atividade preponderante: (i) a execução de serviços de radiodifusão e telecomunicações. englobando os serviços de comunicação através da telemática com utilização de sistemas de acesso por via eletrônica; (ii) prestação de serviços de readequação e reorganização de grade de programação de emissoras de televisão, comercialização e exploração de espaço de publicidade comercial; e (iii) a produção direta ou por meio de acordos com terceiros de conteúdo audiovisual. A Companhia tem a concessão da geradora na Cidade de São Paulo canal 31(32 UHF) e diversas licenças de retransmissão em cidades dos seguintes estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Pará, Paraná, Minas Gerais, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Paraíba, Alagoas, Amazonas, Rio Grande do Norte, Bahia, Roraima, Goiás, Piauí, Tocantins, Ceará, Paraíba e Espírito Santo e também há retransmissões efetuadas através de afiliadas (licenças de terceiros) em cidades dos Estados de Pernambuco e Maranhão. A Companhia iniciou atividades operacionais em 13 de junho de 2014.

1.2. Concessão e renovação da concessão

Conforme determinado artigo 33. § 3º da Lei nº 4.117/62 e o artigo 27 do Decreto nº 52.795/63 os prazos de concessões de televisão são de 15 (quinze) anos e podem ser renovados por períodos sucessivos e iguais. As renovações também possuem prazo determinado de 15 (quinze) anos.

No caso específico da Companhia a concessão foi concedida inicialmente à Televisão Abril Ltda. em setembro de 1985. A primeira renovação foi aprovada pelo Poder Executivo em outubro de 2002 e pelo Poder Legislativo em março de 2004. A aquisição dos ativos, incluindo a concessão, da Abril Radiodifusão pela ID TV S/A ocorreu em junho de 2014 sendo então a segunda renovação aprovada pelo Poder Executivo conforme Decreto Presidencial de 13 de novembro de 2017, publicado no DOU em 14 de novembro de 2017. Em 19 de dezembro de 2017 foi decretada a aprovação pela Comissão de Ciência e Tecnologia. Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados já em nome da ID TV S/A. A aprovação pelo Congresso Nacional da renovação da concessão ocorreu em 16 de maio de 2019 conforme publicação no Diário Oficial da União em 21 de maio de 2019.

1. **Informações gerais**--Continuação

1.3. Continuidade operacional

A Companhia apresenta fatores combinados que incrementam o risco de continuidade operacional conforme apresentado a seguir:

i) Riscos de concentração de clientes

No final de março de 2020 com o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde o único cliente da Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores, culminaram no fechamento temporário de todas as suas unidades.

Esse fato causou ao longo do ano uma grave crise financeira para o cliente e por consequência também para a Companhia, uma vez que os recebimentos passaram a ocorrer com grande atraso, resultando em necessidade de uma renegociação tanto do Termo de Transação, bem como, do Instrumento Particular de Transmissão que estavam em andamento.

Em dezembro de 2020 foi concluída uma renegociação dos saldos em aberto junto ao único cliente, a qual originou três novos contratos. O Termo de Transação anterior, com parcelas mensais de R$1.500 mil, foi aditado com redução do valor da parcela mensal para R$782 mil. Foi firmado também um Termo de Confissão de Dívida, consolidando a dívida das parcelas de Transmissão referente a 4 meses do exercício de 2020, que estavam atrasadas, com parcelas mensais de R$218 mil. Os 2 contratos de renegociação totalizam em conjunto parcelas mensais de R$1.000 mil. Nos dois casos foram estabelecidos novos prazos de 52 meses para liquidação da dívida.

Já o Instrumento Particular de Transmissão que veiculava a programação em TV aberta foi cancelado, tendo sido assinado um novo Instrumento Particular de Transmissão com veiculação da programação exclusivamente via satélite (antena parabólica). Com tal modificação, a parcela mensal de transmissão foi de reduzida de R$2.500 mil para R$496 mil.

Além dos fatos descritos acima, para mitigar os impactos no fluxo de caixa da Companhia ocasionado pelos atrasos nos recebimentos e pela redução do valor dos mesmos, conforme renegociações mencionadas acima, foi decidido veicular no espaço de transmissão da TV aberta uma programação própria, através da aquisição de licenciamentos de programação produzida por terceiros e de produção de programação própria, inserindo-se ainda espaço para veiculação de comerciais de patrocinadores e outros anunciantes.

Essa nova programação, desenvolvida a partir do segundo semestre de 2020 foi transmitida a partir de 07 de dezembro de 2020.

1. **Informações gerais**--Continuação

1.3. **Continuidade operacional**--Continuação

ii) Capital circulante negativo e prejuízo operacional

A Companhia apresentou capital circulante líquido negativo de R$6.289 em 31 de dezembro de 2020 (R$12.471 em 31 de dezembro de 2019), bem como, prejuízo operacional de R$115.652 em 31 de dezembro de 2020 (R$5.290 em 31 de dezembro de 2019). O resultado do período foi fortemente impactado pela provisão para redução ao valor recuperável dos ativos da Companhia. conforme descrito abaixo.

iii) Redução ao valor recuperável de ativos

O contrato de transmissão vigente da Companhia expira em dezembro de 2022, enquanto a concessão continua vigente até 2032. A concessão prevê a transmissão de conteúdo durante o período de vigência. Para fazer frente a aquisição de conteúdo, sem a geração de receita, a Companhia apresentou fluxo de caixa descontado negativo e, portanto, registrou provisão para redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis de longo prazo.

iv) Dependência do suporte financeiro dos acionistas

Dado a concentração de receita em apenas um cliente, o qual está inadimplente com suas obrigações, a continuidade operacional da Companhia é altamente dependente de suporte financeiro dos acionistas, através dos contratos de mútuo financeiro.

Com o objetivo de reduzir a dependência de um único cliente e dos empréstimos dos acionistas a Administração, conforme descrito no item (i) acima, decidiu veicular no espaço de transmissão da TV aberta uma programação própria, gerando assim espaço para veiculação de comerciais de patrocinadores e outros anunciantes. Essa nova atividade, com veiculação iniciada em 07 de dezembro de 2020, não gerou recursos necessários para reduzir a dependência econômico-financeira da Companhia, tendo sido encerrada em 28 de maio de 2021. A partir de então a Administração está buscando no mercado alternativas para obtenção de receitas, principalmente um contrato de transmissão com empresas do setor que tenham programação própria e interesses em transmissão por TV aberta. Neste meio tempo, os acionistas continuam a prestar suporte financeiro para a manutenção da atividade operacional da Companhia. Na data de emissão destas demonstrações financeiras, a Companhia continua operando.

1. **Informações gerais**--Continuação

1.3. **Continuidade operacional**--Continuação

iv) Dependência do suporte financeiro dos acionistas--Continuação

Dado ao atual suporte financeiro recebidos dos acionistas, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que as ações implementadas, são itens importantes para a continuidade das operações.

1.4. **Impacto do Covid-19 nas operações**

A Companhia continua monitorando o andamento do COVID 19 e seus impactos nas operações. Foram adotadas uma série de medidas visando mitigar os impactos gerados pelo COVID-19. incluindo:

(i) Instituição de comitês extraordinários visando maior celeridade na tomada de decisão e na reação da Companhia a eventuais novos desafios decorrentes da pandemia de COVID-19;

(ii) Adoção de medidas de preservação de caixa. de forma que a Companhia tenha os recursos necessários para suas operações enquanto perdurar a crise gerada pela pandemia;

(iii) Negociação dos valores das locações dos locais onde estão instaladas suas retransmissoras enquanto durar as restrições face a pandemia;

(iv) Alinhamento com prestadores de serviços de manutenção em todas as retransmissoras, buscando mitigar eventuais impactos adversos nos serviços e negociação dos valores mensais;

(v) Negociação com os fornecedores de equipamentos, principalmente relativa aos prazos de pagamentos e taxas de juros dos financiamentos;

(vi) Negociações individuais com seus colaboradores, para aplicação de reduções de jornada, conforme a legislação vigente;

(vii) Emprego de home office para trabalhadores, em observância aos protocolos estabelecidos pelas autoridades públicas competentes;

(viii) Identificação dos descontos obtidos em contratos de arrendamento que estão relacionados com a COVID 19. Como resultado dessa revisão, a Companhia identificou ajustes relacionados aos benefícios recebidos de arrendadores no valor de R$ 374(Nota 10).

1. **Informações gerais**--Continuação

1.4. **Impacto do Covid-19 nas operações**--Continuação

Adicionalmente. o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde o único cliente da Companhia opera, em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto decorrente da segunda onda de Covid-19 e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores. culminaram no fechamento temporário de todas as suas unidades no final de março de 2020, que continuaram ocorrendo em vários municípios, até fins do terceiro trimestre de 2020.

Em função deste cenário, o seu único cliente solicitou a renegociação do contrato de transmissão. conforme descrito na nota explicativa 6, o que resultou na redução ao valor recuperável de ativos de longo prazo, reconhecida no resultado do exercício de 2020.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 11 de fevereiro de 2022.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

2. **Resumo das principais políticas contábeis**--Continuação

2.1. **Base de preparação**--Continuação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e ativos intangíveis e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação de provisões para perdas de clientes, a determinação da realização dos tributos diferidos, assim como da análise de demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão mencionadas na Nota 2.19.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

A Companhia adotou todas as normas. revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020, bem como cumpriu todos os dispositivos legais previstos no Brasil em relação à legislação societária.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números apresentados ao longo destas demonstrações financeiras podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

2.2. **Pronunciamentos novos ou revisados**

A Companhia adotou todas as normas. revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2020 quando aplicáveis bem como cumpriu todos os dispositivos legais previstos no Brasil em relação à legislação societária.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

Alterações no CPC 06 (R2) / IFRS 16: Benefícios Relacionados ao COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) / IFRS 16 sobre a modificação do contrato de arrendamento. ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia do COVID-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado ao COVID-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao COVID-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) / IFRS 16 se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A Companhia optou pela adoção desse expediente prático. resultando num benefício reconhecido no resultado do exercício no montante de R$ 374.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. foram efetuadas alterações e revisões nos seguintes pronunciamentos. envolvendo os seguintes assuntos:

(a) Alterações no CPC 15 (R1) / IFRS 3: Definição de negócios;

(b) Alterações no CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9: Reforma da Taxa de Juros de Referência;

(c) Alterações no CPC 26 (R1) / IAS 1 e CPC 23 / IAS 8: Definição de material; e

(d) Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Essas alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.2. Pronunciamentos novos ou revisados--Continuação

Pronunciamentos novos ou revisados, mas ainda não vigentes

Na data de elaboração destas demonstrações financeiras, os seguintes pronunciamentos e alterações foram emitidos, mas ainda não vigentes:

(a) Alterações no CPC 26 (R1) / IAS 1 envolvendo a classificação como passivo circulante e não circulante

As alterações serão vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia planeja adotar as novas normas na data efetiva, e de acordo com avaliação prévia da Administração, essas não trarão impacto em suas demonstrações financeiras.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. Ativos financeiros

Classificação

A Companhia classifica seus instrumentos financeiros com base no propósito, finalidade e características pelos quais foram adquiridos, mensurados inicialmente pelo valor justo. Subsequentemente, os ativos financeiros são classificados entre custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Reconhecimento e mensuração

O reconhecimento de um ativo financeiro ocorre na data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, com exceção das contas a receber que são reconhecidas pelo preço de transação, somados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou a emissão do ativo ou passivo financeiro.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Ativos financeiros--Continuação

Reconhecimento e mensuração--Continuação

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método da taxa efetiva de juros e estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços de negociação na data de fechamento. Se um ativo financeiro não possuir mercado ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem retrospectiva, sem efeito monetário, conforme permitido pelo CPC 48, e por isso, reconhece as perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa (PECLD) esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de cliente pela transmissão de programação no decurso normal das atividades da Companhia, classificados no ativo circulante, uma vez que são recebíveis de curto prazo. Os valores classificados no longo prazo são decorrentes de negociações subsequentes realizadas junto ao cliente.

As contas a receber de cliente são reconhecidas no momento inicial pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado.

2.7. Direitos de exibição e transmissão

Os direitos de exibição e transmissão incluem principalmente, eventos ao vivo, filmes, séries e programas, direitos artísticos e outros direitos. São registrados ao custo de aquisição no momento em que tais direitos tornam-se disponíveis ou quando adiantamentos são efetuados, o que ocorrer primeiro. Os eventos ao vivo compreendem principalmente os direitos esportivos, incluindo os direitos de transmissão dos campeonatos de e-games, e de programas, e são amortizados quando exibidos. Os custos de filmes e séries compreendem os conteúdos adquiridos de terceiros. A amortização é determinada com base nos benefícios gerados para cada exibição na televisão aberta e TV por assinatura, ou pelo método linear, e serviços digitais de *streaming*, durante seu ciclo de vida contratual. A recuperabilidade dos eventos ao vivo e direitos de filmes e séries é revisada título por título, e se necessário, seus valores são baixados quando for identificado que os conteúdos não serão exibidos até o fim do contrato. Os direitos artísticos são representados pelo montante total dos contratos com jornalistas e são atribuídos aos custos de produção de programação usando o método linear durante o prazo do contrato. Os custos de produção interna de programas concluídos e em andamento, séries e outra programação de televisão também são registrados como direitos de exibição. Esses direitos são amortizados à medida que os programas são veiculados na televisão aberta. Na impossibilidade de medição da vida útil dos programas de produção interna, os mesmos não são amortizados. Os programas são cancelados quando é determinado que não serão transmitidos.

2.8. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Imobilizado--Continuação

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. a Administração da Companhia avaliou as taxas atuais de depreciação e concluiu que são adequadas, considerando que não houve nenhuma mudança operacional relevante em seu negócio. Dessa forma, decidiu manter inalteradas as taxas de depreciação, calculadas usando o método linear para alocar os custos dos ativos durante a sua vida útil estimada, como segue:

	Anos
Equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos
Computadores e periféricos	05 anos
Benfeitorias em imóvel de terceiros	01 ano
Instalações	10 anos

2.9. Intangível

Direitos de uso e comercialização (concessão de execução de serviços de radiodifusão)

O intangível refere-se basicamente ao direito de concessão para execução de serviços de radiodifusão, sons e imagens. A vida útil do ativo intangível da Companhia foi considerada indefinida, pois não há limite previsível para o período durante o qual irá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Companhia. Portanto não foi efetuada a amortização.

2.10. Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. O intangível e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo e/ou unidade geradora de caixa. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment,* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Financiamentos

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, e são subsequentemente apresentados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em andamento. utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.12. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

2.13. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias decorrentes das bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras e saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, quando aplicável. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados com base em alíquotas e leis fiscais em vigor e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for reduzido ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.13. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base no histórico de resultados e em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixados se não é mais provável que lucros tributários estarão disponíveis para permitir que todos ou parte do imposto diferido ativo venha a ser utilizado.

Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos passivos, registrados nas demonstrações financeiras, são provenientes das diferenças temporárias.

2.14. Distribuição de dividendos

Os dividendos a pagar são reconhecidos quando propostos pela Administração e ou deliberados pelos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, observadas as normas estabelecidas na legislação societária vigente e no estatuto social da Companhia. Os valores são classificados no passivo circulante ou não circulante, conforme os prazos de pagamento descritos na Assembleia Geral Extraordinária.

2.15. Outros passivos circulantes e não circulantes

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável. dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

2.16. Ajuste a valor presente

Os elementos integrantes do ativo e do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, são ajustados a valor presente com base nas taxas de desconto que reflitam as melhores avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos do ativo e do passivo. A Administração efetuou análise dos valores do ativo e do passivo, vis-à-vis os prazos das operações e suas condições contratuais, não identificando saldos e transações para os quais o ajuste a valor presente de ativos e passivos seja aplicável e ou relevante em relação às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Benefícios a funcionários e dirigentes

A Companhia não mantém planos de pensão, previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria ou de benefícios para funcionários e dirigentes pós sua saída da Companhia, bem como não mantém plano de benefícios a dirigentes e funcionários na forma de planos de bônus ou participação nos lucros.

2.18. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado pelo regime contábil de competência de exercícios e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

A receita compreende o valor justo da prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita pela prestação de serviços é reconhecida quando de sua conclusão, que geralmente coincide com o término do mês do calendário civil, sempre que o seu valor possa ser mensurado com confiabilidade e for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.

Os custos dos serviços prestados são reconhecidos quando da efetiva prestação dos serviços. A receita é apresentada líquida de impostos, abatimentos, descontos e ajuste a valor presente, se houver.

Assim como as receitas de prestação de serviços, todas as demais receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência de exercícios.

2.19. Estimativas e premissas contábeis críticas

As estimativas e premissas são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas que apresentam um risco significativo em função da utilização de premissas críticas, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos para o próximo exercício financeiro, são: (i) a avaliação da recuperação do ativo intangível (teste de *impairment*) para o qual a Companhia testa anualmente a existência de eventual perda (*impairment*) de acordo com a política contábil; a amortização dos direitos de exibição e transmissão. Os valores recuperáveis foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas apresentadas e (ii) a PECLD é avaliada considerando as expectativas da Administração quanto ao futuro recebimento de seus clientes.

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.20. Reapresentação dos saldos comparativos

A Companhia efetuou reclassificações entre contas patrimoniais para adequada apresentação dos montantes de redução ao valor recuperável e apresentação do saldo líquido de impostos diferidos. Para tanto, reapresentou os valores comparativos para 31/12/2019, conforme solicitado pelo item 49 do CPC 23, relacionados a ajustes de períodos anteriores. Os efeitos da reapresentação são demonstrados na tabela a seguir:

	Originalmente Apresentado	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2019
BALANÇO PATRIMONIAL			
Intangível	77.582	20.552	98.134
Direito de uso	17.214	(11.371)	5.843
Imobilizado	14.146	(9.344)	4.802
Impostos diferidos IRPJ/CSLL – ativo	11.220	(8.648)	2.572
Total do ativo	179.251	(8.811)	170.440
Impostos diferidos IRPJ/CSLL – passivo	8.811	(8.811)	-
Total do passivo não circulante	422.844	(8.811)	(414.033)
Total do passivo	460.271	(8.811)	(451.460)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO			
Outras receitas/despesas, líquidas	(9.370)	(162)	(9.532)
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro	(5.128)	(162)	(5.290)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(56.356)	(162)	(56.518)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(2.011)	162	(1.849)

3. Gestão de risco financeiro

A política de gerenciamento de risco foi definida pela Administração. Nos termos dessa política. os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

a) Risco de mercado

Risco com taxa de juros

Os empréstimos com partes relacionadas têm seus encargos atrelados à taxa Selic. Os financiamentos para aquisição de equipamentos, concedidos pelos próprios fabricantes tem taxas entre 9% e 10% a.a.

3. **Gestão de risco financeiro**--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

Risco com taxa de juros--Continuação

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos empréstimos. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de renegociação ou pagamento antecipado das operações. ou mesmo contratar operações no mercado financeiro para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como a não concessão de prazos de financiamento de vendas, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.
Todavia, durante os exercícios findos em 2020 e 2019 a totalidade das receitas auferidas pela Companhia foram oriundas de um único cliente. o que representa uma concentração de risco quanto a realização dos recebíveis e, consequentemente, um risco adicional de dependência exclusiva de uma única fonte de geração de receitas para a Companhia.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos. a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não concentrar os investimentos em um único grupo econômico.

c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para gerenciar a liquidez do caixa. a Administração estabelece premissas de desembolsos e recebimentos futuros. mantendo controle efetivo de sua área financeira. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019. o capital circulante líquido era negativo conforme demonstrado a seguir:

	2020	**2019**
Ativo circulante	**12.704**	24.956
Passivo circulante	**(18.993)**	(37.427)
	(6.289)	(12.471)

3. Gestão de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

Como as atividades operacionais da Companhia foram iniciadas recentemente, tal situação financeira inicial era prevista e por isso os acionistas concederam empréstimo necessário para honrar compromissos financeiros assumidos com terceiros.

O endividamento de longo prazo está representado substancialmente por financiamentos de terceiros, empréstimo de acionistas e parcelamento de impostos.

3.1. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer no futuro, retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Administração, em seu planejamento financeiro, reconhece que a Companhia no início de suas atividades depende de empréstimos dos acionistas, porém ao longo do tempo, com o cumprimento dos contratos de seus clientes, e com novos negócios, a situação financeira irá se transformando para melhor em médio prazo, quando então poderá iniciar a redução de suas dívidas e consequentemente a sua alavancagem financeira.

A Companhia monitora o capital com base no índice do grau de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamentos e empréstimos de curto e longo prazo, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido com a dívida líquida, os quais podem ser assim sumariados:

	2020	**2019**
Total dos financiamentos e partes relacionadas	**424.077**	378.178
Menos - caixa e equivalente de caixa	**(2.001)**	(20)
Dívida líquida	**422.076**	378.158
Total do patrimônio líquido negativo	**(414.890)**	(281.020)
Total do capital	**7.186**	97.138
Índice de alavancagem financeira	**(*)**	(*)

(*) Para os anos de 2020 e 2019 esse cálculo não pode ser efetuado devido ao patrimônio líquido ser negativo.

4. Instrumentos financeiros por categorias

	2020	2019
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	**44.589**	54.503
Adiantamentos	**88**	-
	44.677	54.503
Outros passivos financeiros		
Financiamentos	**4.185**	6.530
Empréstimos com partes relacionadas - acionistas	**419.892**	371.648
	424.077	378.178

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Caixa	**3**	3
Fundos de investimento em renda fixa (*)	**1.998**	17
	2.001	20

(*) Em 2020 os fundos têm remuneração equivalente a 0.40% a.m. da variação da taxa média do CDI, assim como em 2019.

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 a Companhia auferiu receitas financeiras decorrentes das aplicações. no montante de R$ 74 (R$ 12 em 2019).

6. Contas a receber de clientes

	2020	2019
Termo de Transação – Acordo	**9.385**	21.000
Termo confissão de dívida	**2.519**	-
Instrumento Particular - Transmissão	**496**	7.500
PECLD	**(1.792)**	(3.572)
Total circulante	**10.608**	24.928
Termo de Transação – Acordo	**31.283**	33.813
Termo confissão de dívida	**8.717**	-
PECLD	**(6.019)**	(4.238)
Total não circulante	**33.981**	29.575
	44.589	54.503

6. **Contas a receber de clientes**--Continuação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a totalidade das receitas operacionais da Companhia foi originado exclusivamente de um único cliente, consequentemente, representando uma alta concentração de risco de negócio.

Termo de transação - Acordo

Em 14 de dezembro de 2018, a Companhia assinou um Termo de Transação com seu cliente, finalizando a ação judicial que estava em andamento, tendo sido acordado o saldo de R$68.313 mil, composto do saldo original da dívida acrescido da variação do IGP-M da FGV, para ser pago em 45 parcelas de R$1.500 mil cada uma, e uma parcela final de R$813 mil. As parcelas tinham vencimento a partir da homologação judicial do Acordo, sendo a primeira no início de 2019, e as demais a partir do mês de março de 2019, as quais vinham sendo pagas pelo devedor deste a assinatura do referido Termo de Transação. Ao final do ano de 2019, havia duas parcelas vencidas como demonstrado a seguir, todavia, tais parcelas foram liquidadas no início do ano de 2020.

Como descrito na nota explicativa 1.3. com o aumento significativo dos casos de COVID-19 nas regiões do Brasil onde o único cliente da Companhia opera. em conjunto com as medidas adotadas para contenção do surto e preservação do bem-estar e saúde de seus colaboradores, a partir de março de 2020, culminaram no fechamento temporário de todas as suas unidades, causando grande impacto em sua situação financeira e atraso nos pagamentos das parcelas devidas. Desta forma a Companhia necessitou renegociar este Termo de Transação, reduzindo o valor das parcelas mensais e alongando o prazo de pagamento. Tal renegociação foi concluída em dezembro de 2020, da seguinte forma:

Foi assinado um Aditivo ao Termo de Transação existente, apurando em 30 de novembro de 2020. uma dívida consolidada acrescida de multas e juros moratórios, no montante de R$40.829 mil, a ser paga em uma parcela de R$162 mil em 30/12/20 e mais 52 parcelas mensais e consecutivas de R$782 mil, acrescidas da variação do IGP-M.

Instrumento Particular - Transmissão

Além do Termo de Transação, em 20 de dezembro de 2018, foi assinado um Instrumento Particular relativo à contratação de transmissão, pelo prazo de cinco anos. O preço da transmissão foi estabelecido em R$2.500 mil para o mês de transmissão, tendo sido iniciada em novembro/2018, com vencimento para o início de 2019. O preço das transmissões para os meses de dezembro/2018, janeiro e fevereiro de 2019, foi fixado em R$833 para cada mês, todos com vencimento para o mês março de 2019.

6. **Contas a receber de clientes**--Continuação

Instrumento Particular – Transmissão--Continuação

A partir da transmissão do mês de março/2019 e até o mês de outubro/2019 as transmissões estavam precificadas por R$2.500 mil ao mês, sempre com vencimento no mês subsequente. A partir de novembro/2019, inclusive, o preço da transmissão estava definido por R$3.000 mil, acrescidos ainda da variação do IGP-M da FGV.

Em janeiro de 2020, foi firmado um aditivo contratual prorrogando esse reajuste do preço de transmissão para junho de 2020, nas mesmas condições. A partir de novembro de 2020, inclusive, os preços foram atualizados pela mesma variação anualmente.

Em decorrência da deterioração da condição financeira do cliente, a transmissão no espaço de TV aberta foi encerrada em dezembro de 2020. Em substituição a essa modalidade de transmissão foi assinado um novo Instrumento Particular de Contrato de Transmissão, para transmissão no espaço via satélite (antena parabólica). Para esta modalidade de transmissão foi definido o valor mensal de R$496 a partir do mês de dezembro de 2020.

Termo confissão de dívida

Assim como ocorreu com o Termo de Transação também ocorreram atrasos nos pagamentos do Instrumento de Transmissão, causando a necessidade de renegociação do mesmo. A renegociação efetuada incluiu o cancelamento do Instrumento de Transmissão sendo apurada em 30/11/20 uma dívida consolidada, acrescida de multa e juros no montante de R$11.377. Para liquidação dessa dívida foi assinado um Termo de Confissão de dívida, tendo como forma de pagamento uma parcela de R$41 com vencimento em 30/12/20, e outras 52 parcelas de R$218 com vencimentos mensais e sucessivos.

6. **Contas a receber de clientes**--Continuação

Termo confissão de dívida--Continuação

Os saldos de contas a receber em 31 de dezembro, são assim apresentados:

	2020	2019
Transmissão		
Vencidos		
Nov e Dez/2019	**-**	5.000
A vencer		
2021	**496**	2.500
Total	**496**	7.500
Acordo		
Vencidos		
Nov. e Dez/2019	**-**	3.000
A vencer		
2020	**-**	18.000
2021	**9.385**	18.000
2022	**9.385**	15.813
2023	**9.385**	-
2024	**9.385**	-
2025	**3.128**	-
Total	**40.668**	54.813
Termo confissão dívida		
A vencer		
2021	**2.519**	-
2022	**2.615**	-
2023	**2.615**	-
2024	**2.615**	-
2025	**872**	-
Total	**11.236**	-
Curto Prazo	**12.400**	28.500
Longo Prazo	**40.000**	33.813
Total	**52.400**	62.313

Garantias para suportar o valor a receber

Importante informar que em garantia dos valores a receber, a Companhia possui a penhora de imóvel de propriedade do cliente, conforme consta da Certidão de Matrícula do mesmo, cujo valor de realização é superior ao montante total a receber.

PECLD

Em função da penhora do imóvel realizada em garantia do valor a receber, a Administração entende não ser necessário provisionais valores adicionais para perda de recebíveis. A segregação entre curto e longo prazo reflete o período dos acordos firmados com o cliente.

7. Impostos a restituir

	2020	2019
Antecipação de imposto de renda pessoa jurídica	**3.373**	3.356
Antecipação de contribuição social sobre o lucro líquido	**1.201**	1.201
Impostos renda retido na fonte aplicação financeira	**-**	1
	4.574	4.558

Os impostos a restituir referem-se a saldo negativo de IRPJ e CSLL referente ao ano de 2017, os quais que foram objeto de pedidos de restituição específicos emitidos junto à RFB em 18 de junho de 2020.

8. Direitos de exibição e transmissão

Direitos de exibição e transmissão	Valor
Saldo em 31/12/2019	-
Produção Própria – Capitalização	**546**
Aquisições - Programação Licenciada	**8.065**
Amortização	**(376)**
(-) Redução ao valor recuperável	**(8.235)**
Saldo em 31/12/2020	**-**

9. Intangível

Refere-se à concessão de execução de serviços de radiodifusão (licenças e permissões), adquirida em 2014, e mantida ao custo de aquisição. A Administração concluiu que a vida útil deste ativo intangível é indefinida, pois não há limite legal e previsível para o período durante o qual irá gerar fluxos de caixa líquidos positivos para a Companhia.

Adicionalmente, as licenças e permissões foram renovadas por períodos de 15 anos conforme Decreto Presidencial de 13/11/2017, bem como, foi decretada a aprovação pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados a aprovação pelo Congresso Nacional deu-se em 16 de maio de 2019.

Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos

Em 31/12/2020, o valor em uso apurado para o ativo intangível, foi inferior a zero. A causa do valor negativo foi a inexistência da possibilidade de previsão de receitas posteriores ao ano de 2022. Dessa forma, mesmo com redução relevante das despesas, o valor em uso ficou negativo.

9. **Intangível**--Continuação

Provisão para redução ao valor recuperável dos ativos--Continuação

As principais premissas utilizadas nos cálculos para determinação do valor em uso da unidade geradora de caixa, foram as seguintes:

- Foi apurado com base em seu valor em uso e as projeções consideram previsões macroeconômicas de crescimento e inflação bem como as condições operacionais da Companhia. O período explícito de projeção utilizado foi de 10 anos.
- Os fluxos de caixa foram descontados pela taxa de 14,79% a.a. (14,27% a.a. em 2019). A taxa de desconto representa a avaliação de risco atual da Companhia e foi calculado pela metodologia do Custo Médio Ponderado de Capital (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC). que considera os componentes de financiamento de dívida e capital próprio utilizados pela Companhia para financiar suas atividades.
- A perpetuidade foi calculada utilizando-se o último ano do período explícito e considerando uma taxa de crescimento futura. A taxa de crescimento utilizada para extrapolar o fluxo de caixa acima do período explícito foi igual a zero % (3.46% a.a. em 2019) considerando a inexistência de receita conhecida a partir de 2023.

Composição do Intangível	2020	2019
Concessão e Permissão	**289.088**	289.088
(-) Redução ao valor recuperável	**(289.088)**	(190.954)
	-	98.134
Licença de uso de Software (i)	**233**	-
	233	98.134

(i) Líquido de amortização de R$ 8

10. Direito de uso e passivo de arrendamento

	Direito de uso imobiliário	Passivo de arrendamento
Adoção inicial 01/01/2019	14.353	14.353
Novos contratos	4.252	4.252
Remensuração dos contratos vigentes	785	785
Despesa de juros	-	144
Amortização do direito de uso	(2.176)	-
Pagamentos efetuados	-	(3.045)
(-) Redução ao valor recuperável	(11.371)	-
Saldos em 31/12/2019	5.843	16.489
Curto prazo		**3.206**
Longo prazo		**13.283**
Novos contratos	**2.139**	**2.139**
Baixas de custo aquisição	**(1.153)**	**(1.153)**
Remensuração dos contratos vigentes	**1.454**	**1.454**
Despesa de juros	**-**	**456**
Amortização do direito de uso	**(2.736)**	
Pagamentos efetuados	**-**	**(3.404)**
(-) Redução ao valor recuperável	**(5.547)**	
Descontos Obtidos (COVID-19)	**-**	**(374)**
Saldos em 31/12/2020	**-**	**15.607**
Curto prazo		**3.132**
Longo prazo		**12.475**

Na rubrica Direito de uso, estão registrados os contratos de locação da Companhia que se referem a imóveis onde estão instaladas 43 (42 em 2019) retransmissoras, 2 (2 em 2019) afiliadas, e mais o do edifício sede.

Tais contratos tem uma duração de locação que varia de 21 a 120 meses e normalmente são renovados. como prevê a Lei do Inquilinato. Além disso esses contratos são indexados a índices de inflação, que variam de acordo com as negociações com o locador.

O Direito de uso é reconhecido no início do contrato, pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, mais uma renovação, trazidos a valor presente líquido, e deduzidos os impostos recuperáveis (PIS / COFINS), conforme previsto na legislação tributária. Os contratos em andamento em 01/01/19 foram reconhecidos pelo período remanescente, acrescidos de uma renovação. O passivo correspondente ao direito de uso intangível é reconhecido no início do contrato, pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, mais uma renovação. Os contratos em andamento em 01/01/19, e os novos contratos a partir dessa data foram reconhecidos pelo período remanescente, acrescidos de uma renovação.

10. Direito de uso e passivo de arrendamento--Continuação

A taxa de juros de empréstimos incremental para cálculo do desconto a valor presente foi de 0.7974% a.m. (10% a.a.). obtida junto a Instituições Financeiras que tradicionalmente concedem créditos à Companhia, para 2020 e 2019.

As baixas referem-se aos encerramentos dos contratos de três retransmissoras.

A Companhia optou pela aplicação do expediente prático do CPC 06 (R2) / IFRS 16, resultando num benefício reconhecido no resultado do exercício no montante de R$ 374.

O valor vincendo a longo prazo do arrendamento a pagar está assim distribuído:

	2020	2019
De 2021 a 2022	**2.723**	5.044
De 2023 a 2024	**4.646**	3.896
De 2025 a 2026	**3.671**	3.141
De 2027 a 2029	**1.435**	1.202
	12.475	13.283

11. Imobilizado

	2020			2019		
Saldos	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**	**Custo**	**Depreciação acumulada**	**Líquido**
Máq. e equipamentos	**17.713**	**(5.236)**	**12.477**	17.298	(3.476)	13.822
Móveis e utensílios	**266**	**(228)**	**38**	229	(227)	2
Instalações	**296**	**(173)**	**123**	225	(168)	57
Veículos	**74**	**(74)**	**-**	74	(74)	-
Computadores e periféricos	**854**	**(84)**	**770**	187	(44)	143
Benfeitorias em imóveis de terceiros	**217**	**(109)**	**108**	217	(95)	122
	19.420	**(5.904)**	**13.516**	18.230	(4.084)	14.146
(-) Redução ao valor recuperável			**(13.516)**			(9.344)
	19.420	**(5.904)**	**-**	18.230	(4.084)	4.802

11. **Imobilizado**--Continuação

Movimentação de Custos

	2019	Adições	Baixas	2020
Equipamentos	17.298	**415**	**-**	**17.713**
Móveis e utensílios	229	**37**	**-**	**266**
Instalações	225	**92**	**(21)**	**296**
Veículos	74	**-**	**-**	**74**
Computadores e periféricos	187	**667**	**-**	**854**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	217	**-**	**-**	**217**
	18.230	**1.211**	**(21)**	**19.420**

Movimentação de Depreciação

	2019	Adições	Baixas	2020
Equipamentos	3.476	**1.760**	**-**	**5.236**
Móveis e utensílios	227	**1**	**-**	**228**
Instalações	168	**26**	**(21)**	**173**
Veículo	74	**-**	**-**	**74**
Computadores e periféricos	44	**40**	**-**	**84**
Benfeitorias em imóveis de terceiros	95	**14**	**-**	**109**
	4.084	**1.841**	**(21)**	**5.904**

12. Partes relacionadas

a) Saldos e transações

	2020	2019
Passivo circulante		
Arrendamentos a pagar	**356**	323
Passivo não circulante		
Arrendamentos a pagar	**1.315**	1.380
Empréstimos com partes relacionadas - acionistas	**419.892**	371.648
Resultado		
– Amortização de direitos de uso imobiliário CPC06(R2), inclusa em Custo dos serviços de transmissão.	**275**	255
Despesas financeiras - juros sobre empréstimos de partes relacionada	**47.493**	46.009

Os empréstimos com partes relacionadas referem-se a contrato de mútuo sujeito a encargos financeiros calculados com base na variação mensal da taxa SELIC. acrescida de 0,68% a.m. a partir de fevereiro de 2018, com vencimento final para 13 de junho de 2024.

12. Partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações--Continuação

Foram obtidos recursos junto aos acionistas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, no montante de R$ 1.690 (R$ 60.900 em 2019). No mesmo exercício, foram pagos R$ 939 (R$ 6.100 em 2019) aos acionistas.

Os valores de arrendamentos a pagar referem-se ao local da sede, conforme contrato com a Kalunga Participações e Empreendimentos Ltda., cuja vigência finda em outubro de 2021 podendo ser renovado. O valor da locação é atualizado pelo IGP-M da FGV.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui a diretoria nomeada conforme o Estatuto Social. A despesa de remuneração com pessoal-chave da Administração por serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R$ 47, inclusos encargos previdenciários (2019 - R$29). Além destes não foram pagos outros valores ou benefícios adicionais aos administradores.

13.Fornecedores de licenças

Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de licenças para exibições de programas, adquiridos no ano de 2020 em moeda estrangeira. Os saldos estão atualizados pela taxa de câmbio de 31 de dezembro de 2020 (R$5.1967) conforme composição por vencimento abaixo:

Vencimentos	R$
Jan/2021	165
Fev/2021	662
Mar/2021	1.418
Abr/2021	388
Mai/2021	1.374
Jul/2021	1.465
Total	**5.472**

14.Financiamentos

	2020	2019
Moeda nacional		
Financiamentos - aquisição imobilizado (i)	**4.185**	6.530
Circulante	**2.341**	2.346
Não circulante	**1.844**	4.184

(i) Estes financiamentos foram concedidos pelos fornecedores dos equipamentos adquiridos. Em ambos. as garantias são os próprios equipamentos e fiança dos acionistas. Os juros são pré-fixados em 9% e 10% a.a.

Os montantes a vencer classificados como passivo não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	2020	2019
2021	**-**	2.341
2022	**1.844**	1.843
	1.844	4.184

15. Dividendos a pagar

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26/10/2017, reuniram-se os acionistas da Companhia. com presença de 100%, e deliberaram o seguinte:

(a) Distribuir dividendos no montante de R$21.883, relativos à reversão do aumento de capital social havida em AGO/E de 09/05/2017, relativos ao lucro apurado no exercício encerrado em 31/12/2015. O pagamento desse valor, conforme a decisão dos acionistas descrita na referida AGO/E de 26/10/2017 seria pago em 49 parcelas mensais e sucessivas, a partir de 26/11/2017;

(b) Distribuir dividendos no montante de R$20.600, relativos ao saldo da reserva especial de lucros, originado pelo resultado apurado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016. O pagamento deste valor. conforme a decisão dos acionistas descrita na AGO/E de 26/10/2017, seria pago em 49 parcelas mensais e sucessivas. a partir de 26/11/2017.

15. Dividendos a pagar--Continuação

O saldo de dividendos a pagar tem os seguintes vencimentos:

31/12/2020			31/12/2019		
	Ano	**Valor**		**Ano**	**Valor**
Passivo circulante	2021	**2.446**	Passivo circulante	2020	27.927
			Passivo não circulante	2021	9.695
	Total	**2.446**		**Total**	37.622

Em 21/12/2020, conforme descrito na nota explicativa 17, parte do saldo de dividendos a pagar no montante de R$32.700 foram capitalizados.

16. Parcelamento de impostos – PERT - Lei nº 13.496/17

	2020	**2019**
Parcelamento PIS/COFINS/IRPJ/CSLL -	**15.574**	17.040
Não circulante	**13.178**	15.223
Circulante	**2.396**	1.817

O não circulante tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	**2020**	**2019**
2021	**-**	2.344
2022	**2.399**	2.344
2023	**2.399**	2.344
2024	**2.399**	2.344
2025	**2.399**	2.344
2026	**2.399**	2.344
2027	**1.183**	1.159
	13.178	15.223

Em julho de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Recuperação Tributária, instituído pela Lei nº 13.496/17, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações tributárias.

16. Parcelamento de impostos – PERT - Lei nº 13.496/17--Continuação

As condições gerais dessa adesão podem ser assim resumidas:

(i) Sem redução de multa e dos juros.

(ii) Parcelamento em 120 meses.

(iii) Atualizado pela SELIC.

A movimentação do referido parcelamento pode ser assim demonstrada:

Em 31 de dezembro de 2018	17.513
Atualização monetária	891
Pagamentos realizados	(1.364)
Em 31 de dezembro de 2019	17.040
Atualização monetária	**379**
Pagamentos realizados	**(1.845)**
Em 31 de dezembro de 2020	**15.574**

17. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Companhia é de R$13.625, dividido em 35.507.859 ações todas ordinárias. Nominativas, sem valor nominal.

Em A.G.E. de 21 de dezembro de 2020, os acionistas aprovaram o aumento de capital social da Companhia em R$ 32.700, utilizando parte do saldo de dividendos a pagar descrito na nota explicativa 15, mediante a criação e emissão de 32.699.934 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Passando o capital social da Companhia para R$ 46.325, divido em 68.207.793 ações todas ordinárias nominativas, sem valor nominal.

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

18. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

a) Corrente

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% incidente sobre o montante superior a R$240 e a contribuição social foi calculada a alíquota de 9%, como demonstrado a seguir:

	2020	2019
Prejuízo do exercício antes dos tributos	**(163.998)**	(56.518)
Adições/(exclusões) líquidas	**115.501**	3.685
Resultado tributável	**(48.497)**	(52.833)
Imposto a alíquota nominal	**16.489**	17.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos não reconhecidos	**(16.489)**	(17.908)
Imposto de renda e contribuição social	**-**	-

b) Diferido

A composição do imposto de renda e a contribuição social diferidos está abaixo demonstrada:

	2020	2019
IRPJ/CSLL diferidos - perdas esperadas de clientes	**2.656**	2.656
IRPJ/CSLL diferidos – contratos de arrendamento	**(446)**	(247)
Outros	**362**	326
(-) Redução ao valor realizável	**(2.572)**	(163)
	-	2.572

Ante as incertezas com relação à realização dos impostos de renda e contribuição social diferidos ativos, a Administração optou por reconhecer em suas demonstrações financeiras apenas os valores na extensão que estima ser capaz de realizar nos próximos exercícios.

Em 31 de dezembro de 2020. a Companhia tem prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social de R$ 134.835 (R$ 86.339 em 2019), sobre os quais não foi constituído imposto de renda diferido ativo.

19. Receita líquida de prestação de serviços

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	2020	2019
Receita bruta da prestação de serviços	**26.614**	26.667
COFINS sobre receitas de serviços	**(798)**	(800)
PIS sobre receitas de serviços	**(173)**	(174)
	25.643	25.693

20. Outras despesas/receitas líquidas

	2020	2019
Recuperação de despesas	**-**	110
Valor alienação imobilizado	**-**	29
PIS/COFINS sobre outras receitas	**(28)**	(9)
Outros	**242**	101
Constituição Provisão por redução ao valor recuperável	**(116.086)**	(9.763)
	(115.872)	(9.532)

21. Custos dos serviços prestados

Custos de transmissão

	2020	2019
Honorários profissionais	**(1.142)**	(2.397)
Custos de transmissão - afiliadas	**(619)**	(723)
Direito de uso de satélites	**(4.736)**	(7.486)
Gastos com vigilância e segurança	**(50)**	(169)
Gastos com serviços de limpeza	**(469)**	(364)
Gastos com pessoal	**(3.336)**	(2.933)
Gastos com manutenções	**(1.657)**	(1.827)
Gastos com energia	**(2.533)**	(2.539)
Gastos com telefone	**(376)**	(148)
Depreciação e amortização	**(1.838)**	(1.774)
Amortização de direito de uso imobiliário	**(2.654)**	(2.176)
Seguros	**(108)**	(145)
Gastos gerais	**(62)**	(127)
Descontos Obtidos (COVID-19)	**374**	-
Locação de equipamentos	**(181)**	-
Gastos legais e tributários	**(465)**	(733)
	(19.852)	**(23.541)**

21. Custos dos serviços prestados--Continuação

Custos de produção própria de programas

	2020	2019
Honorários profissionais	**(930)**	-
Gastos com vigilância e segurança	**(43)**	-
amortização de software	**(8)**	-
Custo de participação de terceiros	**(497)**	-
Gastos com pessoal	**(1.061)**	-
Gastos com manutenções	**(83)**	-
Gastos com energia	**(185)**	-
Gastos com telefone	**(66)**	-
Depreciação e amortização	**(385)**	-
Amortização de direito de uso imobiliário	**(17)**	-
Seguros	**(22)**	-
Gastos gerais	**(56)**	-
Custos com locação	**(88)**	-
Gastos legais e tributários	**(136)**	-
Custo produção própria de programas ativados	**546**	-
	(3.031)	-

22. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Honorários de diretoria	**(47)**	(24)
Encargos sociais	**(9)**	(5)
Gastos com pessoal	**(48)**	-
Honorários profissionais	**(679)**	(1.556)
Despesas legais e tributárias	**(22)**	(24)
Outras	**(11)**	(32)
	(816)	(1.641)

23. Despesas comerciais

	2020	2019
Honorários profissionais	**(1.363)**	(1.458)
Propaganda e publicidade	**(33)**	-
Gatos com pessoal	**(327)**	-
Depreciação	**(1)**	-
Reversão de PECLD	**-**	5.190
	(1.724)	3.732

24. Receitas (despesas) financeiras

	2020	2019
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos de partes relacionadas	**(47.493)**	(46.009)
Juros sobre financiamentos	**(473)**	(3.543)
Atualização monetária sobre parcelamento de impostos	**(379)**	(892)
Juros/encargos sobre fornecedores	**(2)**	(683)
Variação monetária passiva	**(110)**	(133)
IOC/IOF	**(7)**	(4)
Despesas bancárias e outras	**(26)**	(8)
Juros AVP de arrendamentos (CPC06)	**(456)**	(144)
	(48.946)	(51.416)

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros ativos	**316**	156
Rendimento de aplicações financeiras	**74**	12
Variações monetárias ativas	**225**	30
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	**(15)**	(10)
	600	188
	(48.346)	(51.228)

25. Provisão para contingências

A Companhia está sujeita a contingências fiscais, trabalhistas e cíveis. Em bases periódicas, a Administração revisa o quadro de contingências conhecidas, avalia as probabilidades de perdas e ajusta a respectiva provisão, considerando a opinião de seus assessores legais e demais dados disponíveis nas datas de encerramento dos exercícios, tais como a natureza dos processos e a experiência histórica.

As avaliações de eventos considerados como de perda possível são divulgadas em notas explicativas, quando relevantes, e para aquelas avaliadas de risco de perda remota não são registradas ou divulgadas.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, considerando a opinião dos assessores legais e demais dados disponíveis, não há eventos considerados de perda provável, por isso não há provisão para contingências registradas contabilmente.

25. Provisão para contingências--Continuação

Os processos em andamento classificados como de expectativa de perda possível eram os seguintes:

(a) Ação cautelar ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da União Federal e das empresas ID TV e Abril Radiodifusão, requerendo liminarmente a suspensão dos serviços de radiodifusão concedidos pela corré União à corré Abril e a apresentação da documentação relacionada à transferência da concessão à corré Companhia. Os pedidos foram indeferidos em primeira instância. Em sessão realizada em 11/11/2021, foi proferida a seguinte decisão de acolher os embargos de declaração opostos pela ID TV S.A. para anular a sessão de julgamento do dia 30/05/2019 e permitir a sustentação oral diante do quórum ampliado. Quanto à eventual condenação, no que se refere ao pedido de pagamento de indenização por danos morais, o valor estimado como perda possível é de R$ R$ 9.667.

(b) Trata-se de ação por meio da qual a Autora, ex cliente, pleiteia o reconhecimento da legalidade da rescisão contratual unilateral promovida por ela em face dos supostos descumprimentos contratuais praticados pela Ré (“ID TV”) e a condenação da Ré ao pagamento da multa contratualmente prevista para a hipótese de rescisão e de indenização pelas supostas perdas e danos decorrentes de seus atos ilegítimos, no valor de R$17.611. Neste mesmo contexto, existe uma Ação ordinária proposta em 2018 pela ID TV S.A. em face de ex cliente e que visa (i) ao reconhecimento da ilegalidade da rescisão unilateral do Contrato pretendida pela Ré; (ii) ao reconhecimento da validade da rescisão unilateral promovida pela Autora em face dos descumprimentos contratuais praticados pela Ré, e, por conseguinte, (iii) a condenação da Ré ao pagamento da multa contratualmente prevista para a hipótese de rescisão e à sua indenização pelas perdas e danos decorrentes de seus atos ilegítimos. no valor de R$ 27.046.

26. Cobertura de seguros

A Companhia desenvolve um programa de gerenciamento com o objetivo de limitar riscos, contratando coberturas compatíveis com seu porte e com a dimensão de suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados adequados pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade. a dispersão geográfica de suas dependências, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de consultores especializados.

26. **Cobertura de seguros**--Continuação

Em 31 de dezembro de 2020. a Companhia possuía as seguintes principais coberturas de seguro contratadas com terceiros: Incêndio, avarias de bens do imobilizado, e responsabilidade civil, em todos os locais, no total de R$54.382 (R$35.676 em 2019).